



ENGLISH VERSION BELOW

Administração Nacional das Áreas de Conservação
African Parks
Conservation International

CLIENTE: Parceria African Parks (AP), Conservation International (CI), e Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC).

DATA DE EMISSÃO: 30 de Maio 2026

REFERÊNCIA: RFP/MZ/INHAMBANE/2026-01

SECÇÃO 1: CARTA DE CONVITE E INSTRUÇÕES AOS CONSULTORES (ITC)

Assunto: Consultoria para a Preparação de um Programa de Gestão Sustentável e Desenvolvimento da Paisagem Marinha e Costeira de Inhambane (MSMDP)

1. A African Parks, em parceria com a ANAC, IP e a CI, convida consultores elegíveis ("Consultores") a submeter propostas técnicas e financeiras para os serviços de consultoria supracitados.
2. O objetivo desta consultoria é desenvolver um plano de gestão espacial e estratégico integrado para a costa e águas marinhas costeiras de Inhambane, harmonizando a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento económico azul sustentável.
3. Este RFP está aberto a organizações privadas internacionais e nacionais, sendo fortemente encorajada a formação de Consórcios ou *Joint Ventures* que combinem experiência internacional em Planeamento Espacial Marinho (PEM) com conhecimento profundo da sociologia e legislação moçambicana.
4. O Consultor será selecionado através do método de **Seleção Baseada na Qualidade e Custo (QCBS)**, conforme descrito neste documento, garantindo os mais altos padrões de competência técnica.

Dados do Concurso:

| | |
|-----------------------|--|
| Método de Seleção: | Qualidade e Custo (QCBS) |
| Moeda da Proposta: | USD (Dólares Americanos) ou MZN (Meticais) |
| Prazo de Submissão: | 30 de June de 2026 (até às 17:00, hora de Maputo) |
| Local de Submissão: | Eletrónico: procurement.bazaruto@africanparks.org |
| Validade da Proposta: | 120 dias |
| Início Previsto: | Julho de 2026 |

SECÇÃO 2: TERMOS DE REFERÊNCIA (ToR)

2.1 Antecedentes

A costa da província de Inhambane, em Moçambique, é caracterizada por altos sistemas de dunas costeiras, lagoas costeiras, estuários rodeados por manguezais, pradarias marinhas, praias arenosas, formações de recifes de coral e recifes rochosos. Estes ecossistemas costeiros e marinhos sustentam populações de vida selvagem de importância global. A paisagem marinha mais ampla



de Inhambane (que se estende aproximadamente entre 21 e 24,5 °S) abriga as maiores populações conhecidas de mantas (*Manta birostris* e *M. alfredi*) de África (Marshall et al., 2011). Esta paisagem marinha também sustenta muitos outros tipos de tubarões e raias. A telemetria acústica e por satélite, bem como a identificação fotográfica, indicam que alguns destes elasmobrânquios se deslocam regularmente por toda a paisagem marinha de Inhambane (Rohner et al., 2018; Venables et al., 2021). Este litoral também proporciona um habitat de nidificação regionalmente importante para cinco espécies diferentes de tartarugas marinhas, todas elas listadas como ameaçadas na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN.

Uma variedade de golfinhos, incluindo o golfinho-corcunda-do-oceano-índico (*Sousa plumbea*), em perigo de extinção, e baleias, como a baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), movem-se ao longo da costa de Inhambane. Esta biodiversidade única sustentou a identificação de uma Área Importante para Mamíferos Marinhos e duas Áreas-Chave para a Biodiversidade (KBA) globais: Grande Bazaruto e Tofo. A KBA do Grande Bazaruto distingue-se pela presença da última população viável conhecida de dugongos da África Oriental (Findlay et al., 2011). Além disso, os recifes de coral em toda a KBA do Grande Bazaruto são incomparáveis na região, abrigando mais de 100 espécies de corais (de pelo menos 20 géneros diferentes) e uma biomassa de peixes comparável aos recifes ao redor de Cabo Delgado.

Os recursos costeiros e marinhos de Inhambane são também de importância vital para a subsistência da população costeira da província. Os habitantes costeiros dependem directamente dos recursos costeiros e marinhos para alimentação, combustível, materiais de construção, outras necessidades básicas e emprego. Dependem também indirectamente, mas de forma crítica, dos serviços prestados pelos ecossistemas costeiros, tais como mangais e pradarias marinhas, incluindo a protecção contra a subida do nível do mar induzida pelas alterações climáticas e os danos causados por tempestades. Os recursos costeiros e marinhos de Inhambane têm o potencial de contribuir significativamente para o crescimento económico azul sustentável (por exemplo, através de pescas bem geridas e turismo sustentável). A gestão adequada dos ecossistemas costeiros e marinhos de Inhambane é, portanto, essencial para melhorar os meios de subsistência locais, contribuir para uma economia azul sustentável e proteger os investimentos económicos nas zonas costeiras. Existem três áreas de conservação marinha ao longo da costa de Inhambane, nomeadamente o Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB), o Santuário Bravio de Vilanculos (o Santuário) e a Reserva Nacional de Pomene (PNR).

No entanto, a degradação dos ecossistemas e recursos costeiros e marinhos de Inhambane está a acelerar, especialmente fora das áreas protegidas. As ameaças específicas incluem a captura ilegal de vida selvagem marinha; a sobrepesca, práticas de pesca insustentáveis e capturas acessórias excessivas (incluindo juvenis de espécies-alvo) na pesca artesanal; a pesca comercial insustentável (incluindo a invasão de áreas protegidas); a sobreexploração dos mangais; a má implementação das indústrias mineiras e extractivas; o desenvolvimento costeiro sem gestão adequada; e as alterações climáticas. Os factores subjacentes incluem a forte pressão sobre a pesca e outros recursos



costeiros por parte das comunidades locais, no contexto do rápido crescimento da população costeira e das oportunidades de subsistência limitadas; e a forte pressão sobre os recursos costeiros por parte do setor privado, no contexto da capacidade limitada de monitorização e fiscalização ao longo da extensa costa de Moçambique.

Em reconhecimento da importância global da biodiversidade costeira e marinha de Moçambique, o país aderiu à High Ambition Coalition (HAC), comprometendo-se a aumentar a área da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) sob protecção de aproximadamente 2,2% para 10 a 12% até 2030 e 30% até 2044 de acordo com os indicadores do Estratégia Nacional do Desenvolvimento Estratégica (ENDE 2025 – 2044). O Conselho de Ministros do Governo de Moçambique aprovou o Plano Espacial Marítimo (POEM) em Novembro de 2021, concebido para cumprir uma meta intermédia de 10-12% da ZEE, protegendo mais 23 550 km². Em 2020, um workshop com as partes interessadas, realizado em Vilanculos (província de Inhambane), recomendou que Moçambique considerasse o estabelecimento de um mecanismo para gestão sustentável na área entre o rio Save e Závora como um passo substancial para proteger os ricos recursos naturais existentes na zona.

Recentemente, porém, o governo moçambicano reconheceu os desafios da implementação e gestão eficiente e eficaz das KBAs e da Rede Nacional das Áreas de Conservação. A estratégia do governo moçambicano para cumprir os seus compromissos do Quadro Global da Biodiversidade (KM-GBF) e HAC passa, portanto, pelo reconhecimento e estabelecimento de outras medidas eficazes de conservação (OMECs ou OECMs) e a melhoria da eficácia de gestão de áreas de conservação. Para esse fim, a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) assinou um Memorando de Entendimento (MOU) com a Conservation International (CI) e a African Parks (AP) para o desenvolvimento conjunto de um Programa de Gestão Sustentável e Desenvolvimento da Paisagem Marinha e Costeiro de Inhambane (MSMDP - Marine Sustainable Management and Development Program).

2.2 Objetivos da Consultoria

O objetivo central é desenvolver um MSMDP que sirva como instrumento de ordenamento e gestão para:

1. **Definir um Zoneamento Estratégico:** Propor a alocação espacial de usos (conservação, turismo, pesca, desenvolvimento) com base em dados científicos e consenso social.
2. **Alinhar-se às estratégias e objetivos nacionais:** Implementar as partes relevantes da Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Expansão da Rede de Áreas de Conservação Marinha (ACMs) e Outras Medidas Eficazes de Conservação (OMECs) em Moçambique (2025 – 2035), ainda a ser aprovada. Desenvolver áreas de conservação marinhas identificadas na estratégia. Identificar, mapear e validar áreas comunitárias ou privadas que cumpram os critérios de OMEC, contribuindo para as metas nacionais "30x30".

3. **Integrar Conhecimento:** Atuar como integrador de estudos paralelos sobre Gestão Comunitária de Recursos Naturais (CBNRM) e Financiamento Sustentável.

2.3 Âmbito dos Serviços e Tarefas

O Consultor deverá realizar as seguintes tarefas, ao longo de um período estimado de **12 a 14 meses**:

Fase 1: Preparação e Diagnóstico (Meses 1-4)

- **Tarefa 1.1 - Plano de Trabalho e Mobilização:** Realizar reuniões iniciais com ANAC, AP, CI e parceiros governamentais (InOM, ADNAP). Produzir um Plano de Trabalho detalhado e um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP).
- **Tarefa 1.2 - Compilação de Dados e Lacunas:** Sintetizar dados existentes sobre biodiversidade, oceanografia e uso humano. Identificar lacunas críticas que impeçam o zoneamento. *Nota: Não se espera a recolha de dados biológicos primários extensivos, mas sim a consolidação da informação existente.*
- **Tarefa 1.3 - Análise Legal e Institucional:** Rever a sobreposição de concessões (mineração, gás, turismo) com áreas de biodiversidade prioritária, à luz do POEM, da Lei de Conservação e da Lei de Terras.

Fase 2: Envolvimento e Desenho Estratégico (Meses 5-9)

- **Tarefa 2.1 - Mapeamento de Gestão Comunitário dos Recursos Naturais (CBNRM):** Documentar as utilizações dos recursos naturais terrestres e marinhos e as iniciativas de conservação por parte das comunidades locais. Identificar actores relevantes de apoio, como o governo local, sector de turismo e ONGs.
- **Tarefa 2.2 - Desenvolver Partes Relevantes da Estratégias Nacionais:** Implementar partes relevantes da Estratégia e do Plano de Acção Nacional Para a Expansão da Rede de ACMs e OCEMs em Moçambique (2025 – 2035) após a sua aprovação, incluindo trabalhar com as comunidades e o setor privado para identificar potenciais OMECs. Avançar com ACMs propostas na Estratégia na forma descrita no Plano de Acção. Avaliar a capacidade de governação local (incluindo Comitês de Gestão de Recursos Naturais, Conselhos Comunitários de Pesca, Associações de Pesca, Associações Comunitárias e/ou outras entidades de gestão local) para gerir OCEMs eficazmente.
- **Tarefa 2.3 - Integração de Estudos Paralelos:** Incorporar os inputs dos consultores de CBNRM e Finanças. O Consultor do MSMDP liderará a harmonização destas componentes.

Fase 3: Elaboração do Programa e Validação (Meses 10-14)

- **Tarefa 3.1 - Draft do MSMDP:** Desenvolver o documento do programa, incluindo mapas de zoneamento de alta resolução, diretrizes de gestão por zona e estrutura de governação do Seascape.
- **Tarefa 3.2 - Plano de Acção Orçamentado:** Detalhar os custos de implementação a curto, médio e longo prazo.

- **Tarefa 3.3 - Consulta Pública e CLPI:** Conduzir um processo robusto de consulta comunitária, aderindo estritamente aos princípios de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). As consultas devem ocorrer ao nível distrital e das comunidades locais, garantindo a inclusão de grupos vulneráveis.
- **Tarefa 3.4 - Validação:** Facilitar workshops de validação com o Governo (nível central e provincial) e partes interessadas para aprovação final.

2.4 Produtos (*Deliverables*) e Calendário de Pagamentos

A estrutura de pagamentos foi revista para mitigar riscos de fluxo de caixa e garantir a entrega de produtos de qualidade.¹

| Produto | Descrição | Prazo (Mês) | Pagamento |
|---------|---|-------------|-----------|
| D1 | Relatório Inicial (Inception Report) e Plano de Trabalho Aprovado | Mês 1 | 20% |
| D2 | Relatório de Diagnóstico Situacional e Análise Legal | Mês 4 | 25% |
| D3 | Relatório de Consultas Públicas e Proposta Preliminar de OMECs | Mês 9 | 25% |
| D4 | Draft do MSMDP e Plano de Ação Orçamentado | Mês 12 | 20% |
| D5 | MSMDP Final Aprovado e Relatório de Encerramento | Mês 14 | 10% |

2.5 Requisitos da Equipa

O Consultor deve mobilizar uma equipa multidisciplinar. A fluência em Português é obrigatória para a equipa de campo.

1. **Líder de Equipa (Internacional/Regional):** *Desejado* Mestrado/PhD em Gestão Marinha/Ambiental. Mínimo 15 anos de experiência em planeamento de paisagens marinhas complexas. Experiência comprovada com doadores multilaterais (WB, GEF).
2. **Especialista em Conservação Marinha:** *Desejado* Mínimo 10 anos de experiência em ecologia marinha do Oceano Índico Ocidental (WIO). Conhecimento profundo de espécies marinhas e costeiras da Província de Inhambane é vantajoso.
3. **Especialista Socioeconómico e Comunitário:** *Desejado* Mínimo 10 anos de experiência em Moçambique. *Obrigatório* Fluência em Português e capacidade demonstrada de comunicação em XiTswa e BiTonga (ou inclusão de facilitadores locais dedicados).¹
4. **Especialista em SIG e Planeamento Espacial:** *Desejado* Experiência avançada em ferramentas de suporte à decisão.
5. **Especialista Legal e de Políticas:** *Desejado* Jurista moçambicano com experiência profunda do quadro legal de Moçambique nesta área específica.

SECÇÃO 3: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação seguirá o método QCBS (80/20). A pontuação técnica mínima para qualificação é de **75 pontos**.

3.1 Avaliação Técnica (100 Pontos)

| Critério | Subcritério | Pontos |
|---|--|--------|
| 1. Experiência do consórcio (20) | Experiência em projetos de Planeamento Espacial Marinho (PEM) de escala similar. | 10 |
| | Experiência específica na região WIO e/ou Moçambique. | 10 |
| 2. Metodologia (40) | Adequação da metodologia técnica (Zoneamento, OMECs). | 15 |
| | Robustez do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (CLPI). | 15 |
| | Plano de Trabalho e Cronograma realista. | 10 |
| 3. Pessoal Chave (40) | Líder de Equipa (Qualificações, Experiência, Liderança). | 10 |
| | Especialista Marinho (Conhecimento técnico e regional). | 10 |
| | Especialista Socioeconómico (Experiência local e linguística). | 10 |
| | Especialista SIG e Especialista Legal (5 pontos cada). | 10 |

3.2 Avaliação Financeira

A fórmula para a pontuação financeira (S_f) será:

$$S_f = 100 * F_m / F$$

Onde F_m é o preço da proposta mais baixa e F é o preço da proposta em avaliação. A Pontuação Final (S) será calculada como: $S = (S_t * 0.80) + (S_f * 0.20)$, onde S_t é o valor da pontuação técnica final da proposta em avaliação.

SECÇÃO 4: CONDIÇÕES GERAIS E CONTRATUAIS

4.1 Impostos e Taxas

Os Consultores devem notar que, de acordo com a legislação fiscal de Moçambique, os pagamentos a entidades não residentes estão sujeitos a uma Retenção na Fonte (Withholding Tax) de 20%. As propostas financeiras devem indicar claramente se os valores apresentados incluem ou excluem impostos locais (IVA a 16%) e retenções.

4.2 Resolução de Disputas

Qualquer disputa decorrente deste contrato será resolvida, em primeira instância, por negociação amigável. Caso não haja acordo, a disputa será submetida a arbitragem final e vinculativa, administrada pelo Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação (CACM) em Maputo, Moçambique, de acordo com o seu Regulamento de Arbitragem em vigor. A língua da arbitragem será o Português (ou Inglês, se acordado). A lei aplicável será a lei da República de Moçambique.

Cláusula Modelo: "Todos os litígios emergentes deste contrato ou com ele relacionados serão definitivamente resolvidos por arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem, Conciliação e Mediação (CACM), por um ou mais árbitros nomeados nos termos desse Regulamento."

4.3 Conflito de Interesses

O Consultor deve garantir que não possui interesses comerciais, financeiros ou outros na área do projeto (ex: participações em estâncias turísticas locais ou empresas de exploração de recursos) que possam comprometer a sua imparcialidade. Uma declaração formal de ausência de conflito de interesses será exigida.

SECÇÃO 5: ESTIMATIVA ORÇAMENTAL GLOBAL E ANÁLISE DE CUSTOS

5.1 Premissas de Custos

Para assegurar o sucesso deste RFP e do projeto subsequente, recomenda-se:

1. **Facilitação de Dados:** O cliente deve preparar "Pacotes de Dados" prévios e cartas de credenciação oficiais para facilitar o acesso do Consultor a instituições como o InOM e a ADNAP. A burocracia na obtenção de dados é uma causa frequente de atrasos em Moçambique.
2. **Sincronização:** É vital que os estudos de CBNRM e de Financiamento Sustentável (mencionados no RFP original como paralelos) sejam lançados de forma a que os seus resultados preliminares estejam disponíveis até ao **Mês 8** do MSMDP, permitindo a sua integração no Plano Final.¹
3. **Comissão de Acompanhamento:** Estabelecer um comité técnico pequeno mas ágil (ANAC, AP, CI, Governo Provincial) que se reúna mensalmente com o Consultor para desbloquear impedimentos administrativos e validar progressos técnicos.

Este pacote documental e estratégico posiciona o projeto MSMDP ao nível das melhores práticas globais, protegendo os interesses de Moçambique e maximizando as hipóteses de conservar, com eficácia e justiça, a riqueza única da costa de Inhambane.

Cronograma da proposta

| | |
|------------------------------------|-------------|
| Publicação da RFP | 30 Maio/26 |
| Esclarecimentos enviados à AP | 15 Junho/26 |
| Esclarecimentos fornecidos pela AP | 17 Junho/26 |



| | |
|-----------------------------------|-------------|
| Propostas completas enviadas à AP | 30 Junho/26 |
| Seleccção final | 10 Julho/26 |

Documentos necessários para a proposta

- 1) Proposta técnica descrevendo de forma abrangente a abordagem e as funções de cada membro da equipa;
- 2) Currículos completos de cada membro da equipa;
- 3) Proposta financeira detalhada num documento Excel separado.

Detalhes da submissão

- 1) As inscrições devem ser enviadas para procurement.bazaruto@africanparks.org e cc: reisi@africanparks.org.
- 2) Não serão aceites envios fora do prazo.
- 3) Quaisquer esclarecimentos necessários devem ser enviados para procurement.bazaruto@africanparks.org e cc: reisi@africanparks.org



**National Conservation Areas Administration
African Parks
Conservation International**

CLIENT: Partnership between African Parks (AP), Conservation International (CI), and the National Administration of Conservation Areas (ANAC).

ISSUE DATE: May 30, 2026

REFERENCE: RFP/MZ/INHAMBANE/2026-01

SECTION 1: LETTER OF INVITATION AND INSTRUCTIONS TO CONSULTANTS (ITC)

Subject: Consultancy for the Preparation of a Sustainable Management and Development Program for the Inhambane Marine and Coastal Landscape (MSMDP)

1. African Parks, in partnership with ANAC, IP, and CI, invites eligible consultants (“Consultants”) to submit technical and financial proposals for the aforementioned consulting services.
2. The objective of this consultancy is to develop an integrated spatial and strategic management plan for the coast and coastal marine waters of Inhambane, harmonizing biodiversity conservation with sustainable blue economic development.
3. This RFP is open to international and national private organizations, and the formation of consortia or *joint ventures* that combine international experience in Marine Spatial Planning (MSP) with in-depth knowledge of Mozambican sociology and legislation is strongly encouraged.
4. The Consultant will be selected using the **Quality and Cost-Based Selection (QCBS)** method, as described in this document, ensuring the highest standards of technical competence.

Tender Details:

| | |
|---------------------------|--|
| Selection Method: | Quality and Cost (QCBS) |
| Bid Currency: | USD (U.S. Dollars) or MZN (Meticais) |
| Submission Deadline: | June 30, 2026 (by 5:00 p.m., Maputo time) |
| Submission Address: | Electronic: procurement.bazaruto@africanparks.org |
| Validity of the Proposal: | 120 days |
| Expected Start Date: | July 2026 |

SECTION 2: TERMS OF REFERENCE (ToR)

2.1 Background

The coast of Inhambane Province in Mozambique is characterized by high coastal dune systems, coastal lagoons, mangrove-surrounded estuaries, seagrass beds, sandy beaches, coral reef formations, and rocky reefs. These coastal and marine ecosystems support wildlife populations of



global importance. The broader marine landscape of Inhambane (extending approximately between 21 and 24.5°S) is home to the largest known populations of manta rays (*Manta birostris* and *M. alfredi*) in Africa (Marshall et al., 2011). This marine landscape also supports many other species of sharks and rays. Acoustic and satellite telemetry, as well as photographic identification, indicate that some of these elasmobranchs regularly travel throughout the Inhambane marine landscape (Rohner et al., 2018; Venables et al., 2021). This coastline also provides a regionally important nesting habitat for five different species of sea turtles, all of which are listed as threatened on the IUCN Red List of Threatened Species.

A variety of dolphins, including the endangered Indian humpback dolphin (*Sousa plumbea*), and whales, such as the humpback whale (*Megaptera novaeangliae*), migrate along the coast of Inhambane. This unique biodiversity has led to the designation of one Important Marine Mammal Area and two global Key Biodiversity Areas (KBAs): Greater Bazaruto and Tofo. The Greater Bazaruto KBA is distinguished by the presence of the last known viable population of dugongs in East Africa (Findlay et al., 2011). Furthermore, the coral reefs throughout the Greater Bazaruto KBA are unparalleled in the region, hosting more than 100 species of corals (from at least 20 different genera) and a fish biomass comparable to the reefs around Cabo Delgado.

Inhambane's coastal and marine resources are also of vital importance to the livelihoods of the province's coastal population. Coastal residents depend directly on coastal and marine resources for food, fuel, construction materials, other basic needs, and employment. They also depend indirectly, but critically, on the services provided by coastal ecosystems, such as mangroves and seagrass beds, including protection against sea-level rise induced by climate change and damage caused by storms. Inhambane's coastal and marine resources have the potential to contribute significantly to sustainable blue economic growth (e.g., through well-managed fisheries and sustainable tourism). Proper management of Inhambane's coastal and marine ecosystems is therefore essential to improve local livelihoods, contribute to a sustainable blue economy, and protect economic investments in coastal areas. There are three marine conservation areas along the Inhambane coast, namely the Bazaruto Archipelago National Park (PNAB), the Vilanculos Wild Sanctuary (the Sanctuary), and the Pomene National Reserve (PNR).

However, the degradation of Inhambane's coastal and marine ecosystems and resources is accelerating, especially outside protected areas. Specific threats include illegal harvesting of marine wildlife; overfishing, unsustainable fishing practices, and excessive bycatch (including juveniles of target species) in artisanal fisheries; unsustainable commercial fishing (including encroachment into protected areas); overexploitation of mangroves; poor implementation of mining and extractive industries; unmanaged coastal development; and climate change. Underlying factors include heavy pressure on fisheries and other, and coastal resources from local communities, in the context of rapid coastal population growth and limited livelihood opportunities; and heavy pressure on coastal resources from the private sector, in the context of limited monitoring and enforcement capacity along Mozambique's extensive coastline.



In recognition of the global importance of Mozambique's coastal and marine biodiversity, the country has joined the High Ambition Coalition (HAC), committing to increase the area of its Exclusive Economic Zone (EEZ) under protection from approximately 2.2% to 10–12% by 2030 and 30% by 2044, in accordance with the indicators of the National Strategic Development Strategy (ENDE 2025–2044). The Council of Ministers of the Government of Mozambique approved the Maritime Spatial Plan (POEM) in November 2021, designed to meet an interim target of 10–12% of the EEZ, protecting an additional 23,550 km². In 2020, a stakeholder workshop held in Vilanculos (Inhambane Province) recommended that Mozambique consider establishing a mechanism for sustainable management in the area between the Save and Závora rivers as a substantial step toward protecting the rich natural resources in the region.

Recently, however, the Mozambican government has acknowledged the challenges of efficiently and effectively implementing and managing KBAs and the National Network of Conservation Areas. The Mozambican government's strategy to fulfill its commitments under the Global Biodiversity Framework (KM-GBF) and HAC therefore involves recognizing and establishing other effective conservation measures (OMECS or OECMs) and improving the management effectiveness of conservation areas. To this end, the National Administration of Conservation Areas (ANAC) signed a Memorandum of Understanding (MOU) with Conservation International (CI) and African Parks (AP) for the joint development of the Inhambane Marine and Coastal Landscape Sustainable Management and Development Program (MSMDP).

2.2 Objectives of the Consultancy

The central objective is to develop an MSMDP that serves as a planning and management tool to:

1. **Define Strategic Zoning:** Propose the spatial allocation of land uses (conservation, tourism, fishing, development) based on scientific data and social consensus.
2. **Align with national strategies and objectives:** Implement the relevant parts of the National Strategy and Action Plan for the Expansion of the Network of Marine Protected Areas (MPAs) and Other Effective Conservation Measures in Mozambique (2025–2035), still pending approval. Develop marine conservation areas identified in the strategy. Identify, map, and validate community- or privately-managed areas that meet the criteria for Other Effective Area-based Conservation Measures (OMECS), contributing to the national “30x30” targets.
3. **Integrate Knowledge:** Act as a coordinator of parallel studies on Community-Based Natural Resource Management (CBNRM) and Sustainable Financing.

2.3 Scope of Services and Tasks

The Consultant shall perform the following tasks over an estimated period of **12 to 14 months**:

Phase 1: Preparation and Diagnosis (Months 1–4)



- **Task 1.1 - Work Plan and Mobilization:** Conduct initial meetings with ANAC, AP, CI, and government partners (InOM, ADNAP). Produce a detailed Work Plan and a Stakeholder Engagement Plan (SEP).
- **Task 1.2 - Data Compilation and Gaps:** Synthesize existing data on biodiversity, oceanography, and human use. Identify critical gaps that hinder zoning. *Note: Extensive primary biological data collection is not expected; rather, the consolidation of existing information is anticipated.*
- **Task 1.3 - Legal and Institutional Analysis:** Review the overlap of concessions (mining, gas, tourism) with priority biodiversity areas, in light of the POEM, the Conservation Law, and the Land Law.

Phase 2: Engagement and Strategic Design (Months 5–9)

- **Task 2.1 - Community-Based Natural Resource Management (CBNRM) Mapping:** Document the uses of terrestrial and marine natural resources and conservation initiatives by local communities. Identify relevant supporting actors, such as local government, the tourism sector, and NGOs.
- **Task 2.2 - Develop Relevant Components of National Strategies:** Implement relevant components of the National Strategy and Action Plan for the Expansion of the MCA and MOCE Network in Mozambique (2025–2035) following its approval, including working with communities and the private sector to identify potential MOCEs. Proceed with ACMs proposed in the Strategy as described in the Action Plan. Assess the capacity of local governance bodies (including Natural Resource Management Committees, Community Fisheries Councils, Fisheries Associations, Community Associations, and/or other local management entities) to effectively manage OCEMs.
- **Task 2.3 - Integration of Parallel Studies:** Incorporate inputs from the CBNRM and Finance consultants. The MSMDP Consultant will lead the harmonization of these components.

Phase 3: Program Development and Validation (Months 10–14)

- **Task 3.1 - MSMDP Draft:** Develop the program document, including high-resolution zoning maps, zone-specific management guidelines, and the Seascape governance structure.
- **Task 3.2 - Budgeted Action Plan:** Detail short-, medium-, and long-term implementation costs.
- **Task 3.3 - Public Consultation and FPIC:** Conduct a robust community consultation process, strictly adhering to the principles of Free, Prior, and Informed Consent (FPIC). Consultations must take place at the district and local community levels, ensuring the inclusion of vulnerable groups.
- **Task 3.4 - Validation:** Facilitate validation workshops with the Government (central and provincial levels) and stakeholders for final approval.

2.4 Deliverables and Payment Schedule

The payment structure has been revised to mitigate cash flow risks and ensure the delivery of quality products.¹

| Product | Description | Term (Months) | Payment |
|---------|---|---------------|---------|
| D1 | Inception Report and Approved Work Plan | Month 1 | 20% |
| D2 | Situational Diagnosis Report and Legal Analysis | Month 4 | 25% |
| D3 | Public Consultation Report and Preliminary Proposal for OMECs | Month 9 | 25% |
| D4 | Draft of the MSMDP and Budgeted Action Plan | Month 12 | 20% |
| D5 | Final Approved MSMDP and Closing Report | Month 14 | 10% |

2.5 Team Requirements

The Consultant must assemble a multidisciplinary team. Fluency in Portuguese is mandatory for the field team.

- Team Leader (International/Regional):** *Preferred* Master's/PhD in Marine/Environmental Management. Minimum 15 years of experience in planning complex marine landscapes. Proven experience with multilateral donors (WB, GEF).
- Marine Conservation Specialist:** *Preferred:* Minimum 10 years of experience in marine ecology of the Western Indian Ocean (WIO). In-depth knowledge of marine and coastal species in Inhambane Province is advantageous.
- Socioeconomic and Community Specialist:** *Desired* Minimum 10 years of experience in Mozambique. *Required* Fluency in Portuguese and demonstrated ability to communicate in XiTswa and BiTonga (or inclusion of dedicated local facilitators).¹
- GIS and Spatial Planning Specialist:** *Desired* Advanced experience with decision support tools.
- Legal and Policy Specialist:** *Preferred* Mozambican lawyer with in-depth experience of Mozambique's legal framework in this specific area.

SECTION 3: EVALUATION CRITERIA

The evaluation will follow the QCBS method (80/20). The minimum technical score for qualification is **75 points**.

3.1 Technical Evaluation (100 Points)

| Criterion | Sub-criterion | Points |
|--------------------------------------|--|--------|
| 1. Consortium Experience (20) | Experience in Marine Spatial Planning (MSP) projects of a similar scale. | 10 |
| | Specific experience in the WIO region and/or Mozambique. | 10 |
| 2. Methodology (40) | Adaptation of the technical methodology (zoning, OMECs). | 15 |
| | Robustness of the Stakeholder Engagement Plan (CLPI). | 15 |
| | Realistic Work Plan and Schedule. | 10 |
| 3. Key Personnel (40) | Team Leader (Qualifications, Experience, Leadership). | 10 |
| | Marine Specialist (Technical and Regional Knowledge). | 10 |
| | Socioeconomic Specialist (Local and Linguistic Experience). | 10 |
| | GIS Specialist and Legal Specialist (5 points each). | 10 |

3.2 Financial Evaluation

The formula for the financial score (S_f) will be:

$$S_f = 100 * F_m / F$$

Where F_m is the price of the lowest bid and F is the price of the bid under evaluation. The Final Score (S) will be calculated as: $S = (S_t * 0.80) + (S_f * 0.20)$, where S_t is the value of the final technical score of the bid under evaluation.

SECTION 4: GENERAL AND CONTRACTUAL CONDITIONS

4.1 Taxes and Fees

Consultants should note that, in accordance with Mozambican tax legislation, payments to non-resident entities are subject to a 20% Withholding Tax. Financial proposals must clearly indicate whether the amounts presented include or exclude local taxes (VAT at 16%) and withholdings.

4.2 Dispute Resolution

Any dispute arising from this contract shall be resolved, in the first instance, through amicable negotiation. If no agreement is reached, the dispute shall be submitted to final and binding arbitration administered by the Center for Arbitration, Conciliation, and Mediation (CACM) in



Maputo, Mozambique, in accordance with its current Rules of Arbitration. The language of the arbitration shall be Portuguese (or English, if agreed). The applicable law shall be the law of the Republic of Mozambique.

Model Clause: "All disputes arising out of or in connection with this contract shall be finally settled by arbitration in accordance with the Rules of the Center for Arbitration, Conciliation, and Mediation (CACM), by one or more arbitrators appointed in accordance with those Rules."

4.3 Conflict of Interest

The Consultant must ensure that he or she has no commercial, financial, or other interests in the project area (e.g., holdings in local tourist resorts or resource extraction companies) that could compromise his or her impartiality. A formal declaration of no conflict of interest will be required.

SECTION 5: OVERALL BUDGET ESTIMATE AND COST ANALYSIS

5.1 Cost Assumptions

To ensure the success of this RFP and the subsequent project, the following is recommended:

1. **Data Facilitation:** The client should prepare advance "Data Packages" and official letters of accreditation to facilitate the Consultant's access to institutions such as InOM and ADNAP. Bureaucracy in obtaining data is a frequent cause of delays in Mozambique.
2. **Synchronization:** It is vital that the CBNRM and Sustainable Financing studies (mentioned in the original RFP as parallel) be launched so that their preliminary results are available by **Month 8** of the MSMDP, allowing for their integration into the Final Plan.¹
3. **Monitoring Committee:** Establish a small but agile technical committee (ANAC, AP, CI, Provincial Government) that meets monthly with the Consultant to resolve administrative bottlenecks and validate technical progress.

This strategic and documentary package positions the MSMDP project at the level of global best practices, protecting Mozambique's interests and maximizing the chances of effectively and fairly conserving the unique wealth of the Inhambane coast.

Proposal Timeline

| | |
|------------------------------------|--------------|
| Publication of the RFP | 30 May 2026 |
| Clarifications sent to AP | 15 June 2026 |
| Clarifications provided by AP | 17 June 2026 |
| Complete proposals submitted to AP | 30 June 2026 |
| Final selection | 10 July 2026 |

Documents required for the proposal

- 1) Technical proposal providing a comprehensive description of the approach and the



- roles of each team member;
- 2) Complete résumés for each team member;
 - 3) Detailed financial proposal in a separate Excel document.

Submission details

- 1) Submissions must be sent to procurement.bazaruto@africanparks.org and cc: reisi@africanparks.org
- 2) Late submissions will not be accepted.
- 3) Any necessary clarifications should be sent to procurement.bazaruto@africanparks.org and cc: reisi@africanparks.org